

POLÍTICAS EDUCACIONAIS ANGOLANAS NA MIRA DO CAPITAL- IMPERIALISMO: PATI-I como instrumento de hegemonia¹

Filipe Joaquim Kalenguessa²
Ivan Penteado Dourado³
Mariléia Maria da Silva⁴

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o imperialismo, por meio da recuperação do conceito em Lênin, com o intuito de entender o desdobramento contemporâneo do conceito perante os processos de intervenção de Organismos Internacionais nos sistemas educativos do Sul Global. Mais especificamente, apresentamos o Projeto de Aprendizagem para Todos (PAT I) no contexto educacional angolano e examinamos como um instrumento de hegemonia interliga discurso humanitários e de combate à pobreza com o discurso de aprendizagem, governança e avaliação, ancorados na educação de resultado. Como principais resultados, destacam-se os interesses que os Organismos Internacionais possuem em estabelecer um modelo de formação calcado em um certo tipo de força de trabalho, baseada nos chamados critérios de competência, realizado entre o governo angolano e a organização multilateral Banco Mundial.

Palavras-chave: Organismos Internacionais; Banco Mundial; Imperialismo; Sistema Educativo Angolano.

ANGOLAN EDUCATIONAL POLICIES IN THE SIGHTS OF CAPITAL- IMPERIALISM: PATI-I as an instrument of hegemony

Abstract: This research aims to analyze, through the recovery of Lenin's concept of imperialism, with the aim of understanding the contemporary unfolding of the concept in the face of the intervention processes of

¹ O artigo em tela é resultado de pesquisa desenvolvida ao abrigo do grupo LUTE/FAED/UDESC e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

² Mestre em Educação. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, SC. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1612-7693>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6358709196136628>. E-mail: kfilipejoaquim@gmail.com

³ Doutor em Educação. Professor no curso de Pedagogia e professor titular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, SC. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4529-831X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7379643381730867>. E-mail: ivan.dourado@udesc.br

⁴ Doutora em Educação no curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Catarina. Professora Titular no curso de Pedagogia e Pós-Graduação em Educação UDESC/FAED. Grupo de pesquisa LUTE -Lutas Sociais, Trabalho e Educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8746-9001>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0216250252557428>. Email: marileia.silva@udesc.br.

International Organizations in the educational systems of the Global South. More specifically, we present PAT I in the Angolan educational context and examine how an instrument of hegemony interconnects humanitarian and anti-poverty discourses with the discourse of learning, governance and evaluation, anchored in education of results. The main results are the interests that International Organizations have in establishing a training model based on a certain type of workforce based on the so-called competence criteria, carried out between the Angolan government and the multilateral organization World Bank.

Keywords: International Organizations; World Bank; Imperialism; Angolan Educational System.

POLÍTICAS EDUCATIVAS ANGOLANAS EN LA MIRA DEL CAPITALIMPERIALISMO: PATI-I como instrumento de hegemonía

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo analizar, a través de la recuperación del concepto de imperialismo de Lenin, con el objetivo de comprender el desdoblamiento contemporáneo del concepto frente a los procesos de intervención de los Organismos Internacionales en los sistemas educativos del Sur Global. Más específicamente, presentamos el PAT I en el contexto educativo angoleño y examinamos cómo un instrumento de hegemonía interconecta los discursos humanitarios y de lucha contra la pobreza con el discurso del aprendizaje, la gobernanza y la evaluación, anclado en la educación basada en resultados. Los principales resultados son los intereses que tienen los Organismos Internacionales en establecer un modelo de formación basado en un determinado tipo de fuerza de trabajo con base en los llamados criterios de competencia, realizado entre el gobierno angoleño y el organismo multilateral Banco Mundial.

Palabras clave: Organizaciones Internacionales; Banco mundial; Imperialismo; Sistema educativo angoleño

INTRODUÇÃO

Quando Lênin (2021) apresentou a estrutura do imperialismo, procurou expor, de forma concisa, as profundezas de seus elementos econômicos, delimitando tanto a sua composição, isto é, a junção ente banco e indústria, que gera a forma capital financeiro, quanto o entendimento de que, à medida que este concentra e centraliza maior capital e se une a outros (cartéis, truste etc.), dá-se o surgimento dos monopólios. Uma vez consolidado e controlando bilhões, penetra em todo tecido social, independentemente do regime político

do país. A máxima de Lênin (2021), recuperada por Virgínia Fontes (2010), assentada em conceito clássico, argumenta que o capital-imperialismo é uma fase dilatada do imperialismo clássico, porquanto faz uso de redes de disseminação que atuam como verdadeiro exército intelectual coletivo do capital.

Elementos como expropriação, expansão, capital monetário e organismos multilaterais disseminadores do capital reúnem-se na composição do capital-imperialismo, que, na sua mobilidade, procura capturar e tornar toda as esferas da vida, da natureza, da política, da sociedade e da cultura, como eixos mercantis a serviço da produção de valor. Nesse sentido, as formas coletivas de existência, como saúde e educação, também participam da manutenção do capital. Tendo em vista tais pressupostos, este texto procura apresentar o conceito de capital-imperialismo, mas também demonstrar como isso se dá na mobília do real, tomando como especificidade o Projeto de Aprendizagem para Todos (PAT I),⁵ realizado entre o governo angolano e a organização multilateral Banco Mundial (BM).

O presente texto está organizado em duas partes. Na primeira, analisa e revisita o conceito de imperialismo em Lênin(1870-1924), com o intuito de entender seu desdobramento contemporâneo. Na segunda, apresenta o PAT I, examinando-o como um instrumento de hegemonia que interliga discursos humanitários e de combate à pobreza com discursos de aprendizagem, governança e avaliação, ancorados na educação de resultado, estabelecendo a formação de um certo tipo de força de trabalho, baseada nos chamados critérios de competência.

O PAPEL HISTÓRICO E SEMÂNTICO DO CAPITAL-IMPERIALISMO

No livro *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* (de 1916), Lênin (2021) nos explica como se dá o nascimento dos monopólios e o seu processo de desenvolvimento, a saber: “[...] por meio do crédito, gestando a oligarquia

⁵ Cf.: Projeto Aprendizagem para Todos (pat-med.org). Acesso em: 2 set. 2024.

financeira, responsável pela junção de bancos e indústrias na forma de capital financeiro” (Sabatini; campos, 2021, p.31). O propósito de Lênin em analisar tal composição era compreender de forma precisa as entranhas ou “[...] expor os fundamentos econômicos do imperialismo, refutando a frequente concepção de que este seria, prioritariamente, um impulso à expansão territorial, política e militar” (Almeida, 2021, p. 8). Nesse sentido, dois aspectos centrais da interpretação de Lênin podem ser estruturados: no primeiro momento, de acordo o autor, o imperialismo é um estágio específico do modo de produção capitalista, resultado de uma mudança substancial na sua estrutura organizacional; o estágio do capitalismo monopolista (Lênin, 2021).

Nesse primeiro momento, os elementos categóricos do processo de acumulação de capital estão todos presentes, isto é, concentração e centralização, pois, além de explorar o trabalhador, o capitalista precisa também acumular capital, para que lhe seja possível competir com os seus pares (capitalistas); à medida que tal acumulação aumenta, o capital ganha uma composição orgânica.

Nesse processo, surge a concentração, que, diferentemente do primeiro aspecto, movimenta-se em direção à coalizão com outros capitalistas, ou seja, “[...] realiza-se pela união (mediante cartéis, trustes e a formação de *holdings*) de capitais já existentes. Operando conjuntamente, concentração e centralização promovem o surgimento dos monopólios [...]” (Netto; Braz, 2008, p. 131). O capital financeiro é central nesse estágio do capital, atuando como o impulsionador econômico do imperialismo. O segundo momento corresponde ao processo de exportação de capital, que, além de caracterizar-se no âmbito da internacionalização da economia, é também uma forma de estimular a competição entre as nações, de modo a elevar as operações do âmbito nacional para o global.

Nesse sentido, o declínio da fragmentação das empresas, indústrias e bancos por meio do monopólio de poucas empresas (ou capital financeiro), promove uma nova configuração na relação social, o que permite que um determinado grupo controle ou penetre de maneira total em vários aspectos da

vida social, independentemente da particularidade ou do regime político constituído.

Destarte, o imperialismo, uma vez constituído, torna-se absoluto e inevitável na sua ação; assim, “[...] o monopólio, uma vez que foi constituído e controla bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (Lênin, 2021, p. 80, grifos no original).

Portanto, um dos pressupostos do predomínio do capital financeiro consiste no controle e direcionamento de toda mobilidade do capital, o que possibilita o destacamento de poucos em detrimento da maioria. Tal destacamento ou diferenciação do capital financeiro é também posição de dominação dos poucos Estados de potência financeira em relação aos que não possuem tal capacidade (posição dominante do rentista e da oligarquia financeira). De acordo com Lênin (2021, p. 81),

[...] o imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é um patamar superior do capitalismo em que [...] O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital denota uma posição dominante do rentista e da oligarquia financeira, significa o destacamento de poucos Estados detentores de “potência” financeira em relação a todos os demais.

Tal configuração delimita certas atuações e protagonismos no cenário mundial, visto que, enquanto uns poucos se tornam autores do dinamismo do processo histórico, econômico, epistemológico, cultural, político e social (do ponto de vista positivo do idealismo), outros, dada sua posição na configuração do imperialismo e a ausência de tal potência financeira, desempenham o papel de figurantes, devedores e dependentes do império (capital financeiro), o que não é um acidente, nem a mobilidade natural do desenvolvimento, mas sim uma condição do processo de construção do imperialismo como estágio superior do capital. A análise, nesse ponto, inverte totalmente a lógica positivista do idealismo, pois o elemento fundamental do processo de valorização (modo de produção capitalista) se assenta na exploração da força de trabalho.

Isso significa que o trabalho, como categoria central, independe de todas as formas de sociabilidade, pois, por meio do trabalho, acontece a

transformação objetiva (da natureza, na relação social) e subjetiva (do indivíduo consigo mesmo). Segundo Marx (2013, p. 120), “[...] o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana”.

Não se trata aqui de uma definição de trabalho, mas sim da categorização da atividade primordial, essencial e indispensável da manutenção e produção da vida humana, que, sob a lógica do capital, somente pode ocorrer de forma alienada.

Disso decorre o fato de que qualquer característica de desigualdade e diferenciação entre as sociedades, assim como vários outros aspectos do desenvolvimento, são elementos inevitáveis do capital. Desse modo, a exportação do capital no imperialismo é, de certa forma, o meio pelo qual o processo de valorização ganha nuance significativa na dinâmica da circulação (do capital), seja por meio de empréstimo ou de investimento, isso porque as estratégias que advêm de tais transações traduzem-se em ganhos de várias formas, tanto econômica quanto hegemônica, no sentido de manutenção e padronização de certa visão de mundo.

Segundo Lênin (2021, p. 97), tanto o monopólio dos Estado e dos privados estão conectados e unidos no avanço e na partilha do mundo, de modo que, do ponto de vista fenomênico, apresentam-se de forma diferente, mas, na essência, “[...] estão entrelaçados em um todo único, e tanto uns como outros não são na prática mais do que diferentes elos da luta imperialista entre os grandes monopolistas pela divisão do mundo”. Vale lembrar que a divisão do mundo por parte dos capitalistas é um processo que deriva não do sentido moral (ausência do certo/errado), mas da natureza do modo de produção capitalista, ou seja, da necessidade da valorização do valor.

Os desdobramentos do imperialismo (capital financeiro) estão também no centro dos agravamentos da luta pela partilha do mundo, o que significa que os atrasos econômicos e de desenvolvimento dos processos produtivos para a

manutenção da existência da vida em certas partes do globo (como o Sul) são consequências diretas e indiretas de tal processo histórico.

Entretanto, apesar de o imperialismo ter como fundamento a lucratividade nas relações econômicas e internacionais e ser capaz de estabelecer diretrizes que organizam o mercado interno e externo e, portanto, subordinam Estados com autonomia política e social, não significa que este seja o fim último do capital, pois, para o imperialismo, o que constitui o mais alto grau de lucratividade e comodidade é “[...] uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos subordinados” (Lênin, 2021, p. 106).

Lênin (2021) apresenta cinco características fundamentais do imperialismo, que podem ser delineadas da seguinte forma: a) a concentração da produção e do capital elevada a um nível alto de desenvolvimento, que criou os monopólios, os quais organizam e mobilizam a vida econômica; b) centralização do capital bancário com o capital industrial, resultando no capital financeiro de um pequeno grupo, que controla as políticas sociais e econômicas (oligarquia financeira); c) exportação de capital (investimentos, empréstimos) como marca fundamental da relação comercial, diferentemente da exportação de mercadorias, que aparece em grau menor; d) formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas; e, por último, e) a consolidação da divisão do mercado internacional entre as grandes potências capitalistas.

Essas características nos possibilitam compreender e apreender não apenas os fundamentos que sustentam o imperialismo, mas também os imbricamentos dos processos que se articulam para a manutenção do capital financeiro como expressão elevada do capital orgânico.

Tal procedimento só é possível se houver um engajamento maior por parte do imperialismo em hegemonizar as nações a partir de uma visão de mundo que seja comum a todas, de maneira a facilitar a sua dominação. De acordo com Lênin (2021), a Inglaterra, no século XIX, pareceu proceder desse modo em relação aos povos africanos, pois, primeiramente, para a realização da viabilidade da engrenagem capitalista, era necessário educar o negro para

executar trabalhos físicos ou braçais e, posteriormente, o trabalho industrial de primeira necessidade, com um nível um pouco elevado de instrução, enquanto aos ingleses (europeus) eram reservados a financeirização ou trabalhos tecnológicos menos industriais. A preocupação parecia ser o etapismo, isto é, primeiro, o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, o político. Essa constatação poderia ser colocada da seguinte forma:

[...] se o “mérito” do imperialismo é “educar o negro para o trabalho” (o que não passa sem coerção...), o “perigo” do imperialismo consiste em que a “Europa descarregue o trabalho físico - a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude - sobre os ombros da população de pele escura e se reserve o papel de rentista, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças de pele negra e de pele vermelha”. (Lênin, 2021, p. 131, grifo do autor).

Tal constatação de Lênin ratifica o entendimento de que a educação, ou a oferta da educação por parte dos europeus para os africanos, tinha como objetivo o preparo da força de trabalho barata dos africanos. Na configuração do trabalho, a esse povo foram reservados os trabalhos básicos (agrícola e mineiro), os físicos, os menos intelectuais, a tecnicidade mais elementar possível. Isso explicaria a ordem do processo emancipatório, isto é: primeiro o econômico e depois o político. Nesse sentido, o político só poderia acontecer após a total assimilação (por parte do povo africano) do seu papel na organização e divisão internacional do trabalho. O político (independência, autonomia, soberania, cidadania) não constituía o ponto de partida, mas sim o de chegada. Aqui a ordem importa.

A efetivação do sujeito político aparece como consequência do sujeito econômico. A educação se constitui, portanto, enquanto instrumento de treinamento e assimilação da ideologia do imperialismo, no medidor do tipo de trabalho, por isso seu conteúdo precisava ser delimitado, de maneira a atender à ordem estabelecida.

Partindo dos fundamentos da conceituação de imperialismo de Lênin, Virginia Fontes (2010) trabalha o conceito de capital-imperialismo, a partir do qual procura recuperar os conceitos clássicos para explorar o presente,

compreendendo que a dinâmica do capitalismo atual representa uma continuidade do período em que tais conceitos foram operados (Fontes, 2010). O imbricamento do conceito não negligencia a realidade histórica, “[...] expansiva e totalizante e, por essa razão, abarca as modificações ocorridas no imperialismo clássico” (Fontes, 2010).

Quer-se com isso dizer que os conceitos não são aplicados à realidade atual de forma mecânica, sem a compreensão das mudanças ocorridas na disseminação do processo imperialista. Segundo Fontes (2010, p. 14), uma das diferenças entre imperialismo (século XX) e capital-imperialismo (XXI) se dá na “dilatação em nova escala”. O fenômeno expansionista atual duplica sua malha de disseminação por meio de um conjunto de redes que operam em prol do convencimento de que não existe outro modo de vida fora do sistema capitalista:

A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição ad nauseam de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*). (Fontes, 2010, p. 14).

Tal processo neutraliza a violência clássica do imperialismo, como as guerras (constantes), o colonialismo clássico, etc., que constituem características marcantes do imperialismo formulado por Lênin. Entretanto, a disseminação da ideia de que o capitalismo é o único modo de vida existente cabe às organizações ou aos intelectuais coletivos do capital, que atuam como um exército a serviço do imperialismo. Nesse sentido, a mobilidade do capital-imperialismo situa-se nas contradições de seu processo expansionista, na medida em que

[...] o capital-imperialismo adentra o século XXI sob formidável crise, exasperando o sofrimento social e agravando as expropriações que constituem sua condição de existência. É nesse contexto que assistimos a um processo peculiar de luta pelo acesso de países retardatários (e de suas burguesias) [...]. (Fontes, 2010, p. 14).

Um dos traços característicos do capital-imperialismo é a luta pela captura do acesso ao mercado, aos recursos naturais, à força de trabalho e aos meios de convencer as frações burguesas da sociedade como um todo, nos países ditos retardatários, a aderirem ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, na sua modalidade, as faces de suas tendências constituem o cerne por meio do qual tal processo se realiza, isto é, “[...] as duas faces da tendência à expansão do capital, tendência que lhe é inerente e revela-se incontrolável: a concentração de recursos sociais e a recriação permanente das expropriações sociais” (Fontes, 2010, p. 21).

Fontes (2010) identifica três características do capital-imperialismo, a saber: o predomínio do capital monetário; a dominação da pura propriedade capitalista; o impulso expropriador. Dessas três características, de acordo com a autora,

[...] resultaram as modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade, (Fontes, 2010, p. 146).

Fontes (2010, p. 203) demonstra que, nessa dinâmica expansiva e expropriadora, o capital não adentra apenas o âmbito econômico, ele

[...] transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação) [...].

A forma por meio do qual a expropriação encontra para agir na educação, ou o papel que a educação passa a assumir nesse cenário, pode ser categorizada em três dimensões:

Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado (Santos, 2014 *apud* Estevão, 2019, p. 56).

Importa salientar que tanto Estevão (2019) quanto Fontes (2010) colocam como principais disseminadores de tal mobilidade os organismos multilaterais, em especial o BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Outro elemento a ser mencionado no que diz respeito ao conceito de capital-imperialismo é que ele engloba tanto as categorias políticas organizativas (por exemplos, por meio dos intelectuais coletivos) que foram gestadas no bojo do imperialismo clássico quanto os entrelaçamentos desiguais dos países e capitais. Esse conjunto de imbricamentos (expansão, expropriação, capital monetário, organismos multilaterais, etc.), que expressa a totalidade da mobilidade capitalista, é chamado por Fontes de “capital-imperialismo” (Fontes, 2010, p. 162-163).

Nesse sentido, o capital-imperialismo pode ser compreendido como a expansão do capitalismo (principalmente monetário) em todo o globo, o qual utiliza organismos multilaterais e bilaterais para assegurar a expansão e a manutenção do capital, bem como “[...] as condições socioeconômicas, políticas e culturais nacionais sob as quais tal extração [de mais-valor] teria lugar” (Fontes, 2010, p. 162). Esse dinamismo se vale de uma mobilidade tripla, visto que, ao mesmo tempo em que captura os recursos necessários para o capital, tende não só a promover uma disponibilização crescente da força de trabalho global, mas também a “[...] transformar todas as atividades humanas em trabalho, isto é, em formas de produção/extração de valor” (Fontes, 2010, p.165. Essa constatação nos leva a questionar o papel do PAT I na mobilidade do capital em Angola. Como um projeto de 75 milhões de dólares acarreta uma visão de mundo que, embaralhada em termos como pobreza, aprendizagem, desenvolvimento, diversificação da economia e competência, denota uma forma de vida que tem, entre outras coisas, o mercado como fim em si mesmo? Na seção a seguir, analisaremos o PAT I.

PATI-I, INSTRUMENTO DE HEGEMONIA

Como já referido na introdução deste trabalho, o PAT I⁶ é um projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação de Angola (MED) e financiado pelo BM. A gestão do projeto está a cargo da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG - União Europeia), parceira do BM, com apoio técnico e metodológico, no que tange à formação contínua dos professores, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESS/IPS - Portugal). A composição orgânica do Projeto se dá na atuação das quatro instituições: MED, BM, FCG e ESE/IPS.

O PAT I foi aprovado em setembro de 2013 pela administração do BM, e sua implementação se deu no início de junho de 2014, em Angola. A primeira fase durou cinco anos e teve um financiamento de 75.000.000,00 USD (setenta e cinco milhões de dólares americanos) por parte do BM e de 5.000.000,00 USD (cinco milhões de dólares americanos) por parte do Estado Angolano. A continuação/renovação na segunda fase, iniciada em 2021, contou com financiamento de 250.000.000,00 USD (duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos) (Angola, 2020).

Em nível superior, o PAT I faz parte da nova estratégia de parceria entre o BM e o Estado angolano. A estratégia visa “[...] apoiar Angola nos seus esforços de desenvolvimento de uma diversificação econômica mais integrada, melhoria da prestação de serviços básicos, e desenvolvimento de capacidade humana e institucional de mais longo prazo” (BM, 2013b, p. 5).

A parceria para o desenvolvimento se assenta em dois pilares estabelecidos: o primeiro, no apoio à integração e diversificação da economia nacional, por meio da “[...] revitalização das economias rurais para uma maior competitividade e emprego [...]” e da “[...] assistência no setor de energia” (BM, 2013a, p. 19, tradução nossa); e o segundo, na melhoria da qualidade da prestação de serviços e no aprofundamento da proteção social. O PAT I situa-se no pilar dois. De acordo com o Projeto (BM, 2013b, p. 5), ao investir na qualidade de ensino da gestão escolar, na prestação de contas e no uso

[...] da avaliação para a melhoria da qualidade e reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação a nível central e

⁶ Cf.: Projeto Aprendizagem para Todos (pat-med.org). Acesso em: 2 set. 2024.

local, espera-se que o Projeto constitua um importante contributo para a melhoria da qualidade da prestação de serviços educativos em Angola.

Entretanto, além do vínculo nacional, o Projeto está diretamente relacionado com a Estratégia para a África e a Estratégia para a Educação do Banco. Portanto, alinha-se com a Estratégia para a Região de África de 2011, “O Futuro de África e o Apoio do Banco”, contribuindo para o pilar um, sobre competitividade e emprego. De acordo com o BM (2011, p. 2), o delineamento da nova parceria ou fomento em África decorre da combinação atual entre o dinamismo e o otimismo sobre o continente:

[...] que se fizeram sentir em alto e bom som nas consultas, com os desafios de desenvolvimento futuros - sem falar nas alterações da economia global, em África e no Banco Mundial. Portanto, este é o momento certo para uma nova estratégia do Banco Mundial para África.

Os fatores sublinhados pelo BM que endossam a necessidade da parceria derivam de três elementos centrais: primeiro, a crise econômica global que se deu a partir de 2008, imprimindo uma volatilidade quase sem previsão de fim; segundo, a limitação e contestação da ajuda externa, dado o fraco resultado; e terceiro, a nova corrida à África, que tem sido protagonizada pelos países emergentes, com especial destaque para China e Índia. Neste ponto, ainda pode-se situar o aumento do fluxo do capital privado que tem sido injetado em África.

Nesse sentido, para o BM, o atual cenário mundial em que o continente volta a ser cotado como local ideal para proposta de investimentos aponta para a necessidade da parceria tripartida entre governos, organismos multilaterais e setor privado. A combinação do tripé poderá garantir avanços no desenvolvimento e possibilitar, para o continente, uma competitividade sólida no cenário internacional. Entretanto, a chave para que a combinação ocorra depende, em certa medida, da boa governação. Segundo o BM (2011), tal elemento constitui-se no principal inibidor das inquietações e dos fantasmas que perturbam os investidores no que tange aos riscos de fazer negócios em África:

Para África, a sua integração na economia global, hoje em dia, é diferente do que era quarenta anos atrás. A lacuna entre África e os países em desenvolvimento emergentes, como por exemplo a China, ficou ainda maior. O desempenho excepcional destes mesmos países na área das exportações de produtos transformados e de serviços torna ainda mais difícil a competitividade dos países africanos. Os custos elevados e os riscos percebidos de fazer negócios em África prejudicam a competitividade das exportações e são obstáculo à constituição ou realocização de negócios em África. Ao mesmo tempo, alguns dos países, particularmente a China, têm necessidade dos recursos naturais de África. A valorização destas exportações de recursos depende essencialmente da governação. A terra é um outro recurso, cujo potencial depende de um ambiente regulador sólido, com sistemas de incentivos e de execução em vigor, para uma boa governação. (BM, 2011, p. 3).

Há várias nuances que poderiam ser descritas como problemáticas para a manutenção e o avanço do continente. Entretanto, para a nova estratégia, o BM aponta a governação como o divisor de águas na nova corrida. No entanto, a sutileza do organismo no desenho da parceria não apenas esconde os principais pilhadores dos recursos naturais do continente, mas também maquia a configuração histórica da mobilidade do capital-imperialismo no continente. Tal encobrimento atua como um limbo que adentra a categoria de novos tempos ou anuncia o devir sem nunca ter deixado de ser.

Assim, na nova conjuntura, o BM (2011, p. 3) se apresenta como parceiro que oferece uma plataforma “[...] com base na qual a assistência ao desenvolvimento e os próprios recursos do país podem ser utilizados com mais eficácia”. Desaparece, assim, a característica de autor que prescreve soluções. No embalo da nova corrida à África, para uma melhor sistematização, o BM organizou a estratégia em três temas interdependentes: (i) competitividade e emprego; (ii) vulnerabilidade e resiliência; e (iii) governação e capacidade do sector público.

O PAT I, conforme supracitado, a partir do seu alinhamento com a estratégia, corresponde ao primeiro tema. A competitividade e o emprego representam o modo ou a forma de produzir o crescimento do setor privado para a viabilidade da redução da pobreza e, consequentemente, para a criação da riqueza.

Esse tema pode ser dividido em quatro subtemas: o primeiro diz respeito ao melhoramento do déficit de infraestruturas, que corresponde ao fator principal por trás da desvantagem do custo das exportações nos mercados mundiais. O que significa que as empresas africanas se deparam com um ambiente de negócio muito hostil, justamente por conta do baixo acesso a financiamento, o que incide no custo indireto.

O segundo subtema tem relação com o melhoramento no clima de investimento em geral. As leis de trabalho e de terra são apresentadas como elementos que muitas vezes travam os negócios, portanto uma das saídas seria incentivar o empreendedorismo, criar zonas econômicas especiais (ZEE), fomentado crescimento e competitividades, expandir a literacia financeira (sobre negócio no geral), bem como promover a capacitação das mulheres.

O terceiro, por sua vez, corresponde à força de trabalho saudável e competente. A mobilidade da competitividade e o emprego em África dependem, em grande medida, da existência deste subtema. Aproveitando o sucesso do acesso ao ensino primário, os países precisariam atentar para a qualidade global de ensino, expandindo o acesso para maiores níveis de ensino. Por outro lado, deveriam também melhorar as competências dos profissionais da educação. O deslocamento de tal elemento exigiria um foco maior na qualidade da educação e nos resultados ou processos de aprendizagem. Nesse sentido, as competências exigidas são aquelas que correspondem “[...] às necessidades do mercado [...], haja vista que os métodos ou programas de formação profissional tradicional, conduzidos pelo setor público, falham repetidamente neste domínio” (BM, 2011, p. 8, grifo nosso).

Por último, o quarto subtema trata de melhorar a percepção dos investidores em relação à África em face de sua complexidade (pobreza, doenças, conflitos, crescimento lento, etc.) e marginalização no imaginário internacional. Para mudar tal quadro, seria necessário aproximar a opinião pública com a mobília do real atual. Portanto, para facilitar a percepção, o BM:

[...] pode desempenhar um papel que não se limite apenas a fornecer as evidências das mudanças operadas no continente e educar o resto do mundo, mas que inclua o apoio àqueles que, como é o caso dos

meios de comunicação, interpretam esta evidência para o público e, desse modo, encurtar a lacuna entre percepções e realidade. (BM, 2011, p. 8-9, grifo nosso).

Além dessa composição, cumpre esclarecer que o PAT I também está completamente alinhado com a Estratégia do BM para a Educação de 2011, *Aprendizagem para todos - investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento*, “[...] a qual apela a uma focalização renovada na melhoria dos resultados de aprendizagem e na prestação de contas e resultados – todas elas áreas nucleares do Projeto ora proposto” (BM, 2013b, p. 6).

A dinâmica da conectividade do projeto com várias atividades e alinhamento em nível nacional, continental e global explicam, em parte, o papel que o PAT I desempenha no direcionamento das políticas educacionais em Angola. Segundo os autores do projeto, além da participação nas atividades relativas ao programa russo de ajuda à educação para o desenvolvimento (*Russia Education Aid for Development - Read*) e da produção de uma nota de política educativa para Angola, o Banco também forneceu apoio para o esquadramento da avaliação da capacidade de leitura nas classes iniciais, bem como

[...] para formação e desenvolvimento profissional dos recursos humanos do MED; e, para a realização de uma visita de estudo Sul-Sul ao Brasil para apresentação do sistema de avaliação de alunos e melhoria da aprendizagem no Brasil aos quadros superiores e gestores do MED. (BM, 2013b, p. 6).

No âmbito da especificidade, o PAT I tem como meta central três elementos ou, conforme aponta o documento, três objetivos de desenvolvimento do projeto, a saber: primeiro, melhorar os conhecimentos e as competências dos professores; segundo, melhorar a gestão das escolas nas áreas designadas do Projeto; e terceiro, desenvolver um sistema de avaliação sistemática de alunos. De forma direta, o Projeto beneficiaria cerca de

[...] 18.846 profissionais da educação, distribuídos entre professores, diretores de escolas, membros dos conselhos de escolas, formadores ZIP, EM, supervisores, inspetores, facilitadores, coordenadores

provinciais e municipais da educação, contabilistas, técnicos do próprio projeto, membros do Grupo Técnico do Sistema Nacional de Avaliação e técnicos do MED. (Bortot; Brás; Scaff, 2022, p, 161, grifo nosso).

A abrangência também se dá nas escolas primárias, isto é, 980 escolas são beneficiadas pelo Projeto e, de forma indireta, 500 mil alunos são impactados (Angola, 2020).

Do ponto de vista estrutural, o Projeto comporta três componentes e três subcomponentes, e cada um dos elementos possui sua objetividade, valor de financiamento e os respectivos beneficiários. A configuração do Projeto permite não apenas assegurar o cumprimento dos pressupostos estabelecidos, mas também imprimir nas práticas pedagógicas uma cultura gerencial, de tal forma que os dados coletados lhe sirvam de parâmetro comparativo, qualitativo e quantitativo sem necessariamente ter em seu escopo, como um dos elementos fundamentais, as diferenças provinciais e regionais, estabelecendo assim uma padronização desmedida e uma espécie de competitividade entre professores, escolas, diretores, coordenadores etc.

Quadro 1 - Estrutura do Projeto da primeira fase (continua)

Componentes	Objetivos	Financiará	Valores
Componente - 1 Melhorar os conhecimentos e competências dos professores e a gestão em Escolas Primárias	a) Expandir o modelo de Zonas de Influência Pedagógica (ZIP); b) Programa de Formação Contínua de Professores (FCP), de acordo com o BM; c) Gestão escolar, com ênfase na prestação de contas.	As ZIP, FCP e Escolas do Ensino Primário.	US\$63 milhões

Quadro 1 - Estrutura do Projeto da primeira fase (continuação)

Componentes	Objetivos	Financiará	Valores
Subcomponente - 1.1 Consolidação das ZIP	a) Campanha de comunicação; b) Constituição dos conselhos ZIP;	- Reprodução do Manual da ZIP; - Honorários de consultores;	US\$3 milhões

	c) Capacitação dos conselhos; d) Sistema de produção de boletins escolares.	- Facilitadores provinciais das ZIP; - Produção e distribuição de boletins informativos das escolas.	
Subcomponente - 1.2 Programa de Formação Contínua de Professores	Melhoria dos conhecimentos acadêmicos e competências pedagógicas dos professores e a gestão do tempo na sala de aula	- Assistência técnica internacional e nacional; - Equipamentos e materiais de formação para as Escolas de formação de professores e escolas-sede das ZIP; - Reprodução de materiais de ensino e aprendizagem para formandos; - Bicicletas para mentores das ZIP e etc.	US\$58 milhões
Subcomponente - 1.3 Melhorar as estratégias de gestão escolar para a melhoria da qualidade	a) Desenho de Projetos Educativos; b) Atribuição de subsídios aos conselhos de ZIP na forma de materiais e outros recursos.	- Subsídios para as escolas; - Impressão do guia do Projeto Educativo e outros materiais; - Formação de facilitadores das ZIP sobre os subsídios; - Honorários de consultores e custos operacionais.	US\$2 milhões

Quadro 1 - Estrutura do Projeto da primeira fase (conclusão)

Componentes	Objetivos	Financiará	Valores
Componente - 2 Estabelecer um Sistema de Avaliação de Alunos	a) Desenvolvimento de uma estratégia quinquenal de avaliação; b) Implementação de avaliações por amostragem da aprendizagem dos alunos da 4ª e 6ª classes nas disciplinas	- Assistência técnica internacional e nacional para a preparação da formação em avaliação; - Recursos e formação para o desenvolvimento dos instrumentos	US\$9 milhões

	de Português e Matemática; c) Desenvolvimento de um estudo sobre a qualidade da prestação de serviços d) Pilotagem de exames nacionais de Português e Matemática na 6^a classe.	(testes e medidas para a prestação dos serviços); - Serviços de consultoria para estudos e avaliações; - Materiais e despesas com programas de formação e recolha de dados, etc.	
Componente - 3 Gestão do Projeto	Reforço das competências de gestão dos quadros do MED, dos administradores da educação a nível provincial e municipal, e dos quadros das escolas de formação de professores que participam no Projeto.	- Assistência técnica para a preparação dos módulos de formação de quadros das Escolas de Formação de Professores; - Serviço de consultoria para apoio às atividades de capacitação; - Materiais de formação e despesas; - Custos operacionais de monitorização e programas de formação.	US\$2 milhões

Fonte: Elaborado pelos autores com base no projeto PAT I (BM, 2013b).

O desenho do Projeto incorporou as várias operações realizadas anteriormente em Angola. Nesse sentido, o MED, por ser a única agência de implementação, passa a impressão não apenas de controle, mas, sobretudo, de que a parceria entre ambos comunga de um mesmo objetivo, isto é, a busca pela manutenção do sistema educacional e a estruturação de um ensino de qualidade padronizado aos moldes internacionais. Portanto, a teleologia do desenho expressa a concretude da mobília do real, tanto na sua necessidade quanto no seu conteúdo. Tal delineamento possibilita olhar o Projeto do ponto de vista crítico em relação aos aliciamentos dos organismos internacionais, o que de certa forma afasta a ideia de uma parceria marginalizada e de um agir imperialista por parte do BM.

Desse pressuposto deriva a preocupação do Projeto em colocar tanto a necessidade quanto o conteúdo como elementos inerentes ao MED, ou seja, “[...] o Projeto resulta de um pedido concreto das autoridades de Angola, sendo que o Ministério da Educação esteve plenamente envolvido na sua preparação, desde as discussões preliminares sobre as atividades a incluir” (BM, 2013b, p. 12).

CONCLUSÕES

Perante esse conjunto de questões atinentes a uma política educacional atravessada por interesses internacionais, alguns pontos específicos foram identificados como elementos centrais. Quanto ao MED, pode-se dizer que a possibilidade de uma assistência técnica para o desenvolvimento da capacidade dos quadros do Ministério será internacional somente se não houver uma capacidade nacional adequada ou instalada. A problemática de tal condicionalidade é, por outro lado, um dos elementos principais no que tange ao risco do Projeto, ou seja, a dificuldade da implementação ou a principal barreira da viabilidade dessa iniciativa se dá (ou se daria) pela fraca capacidade instalada do MED, o que, por sua vez, aumenta o nível de risco, classificado como “elevado”, seja na preparação, seja na implementação.

Segundo o PAT I (2013), a fraca capacidade de quadros generalizados em todos os níveis, central, provincial, municipal e institucional, será minimizada com a assistência técnica externa. Daí o apoio técnico e metodológico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (Portugal).

A implementação do Projeto é, muitas vezes, definida como processo orientador da mobilidade educacional, visto no sentido indireto. O Projeto não é lido, no sentido direto, como verdadeiro denominador da política educacional, e a renitência de tal pressuposto incide nos limites de atuação e influência dos documentos orientadores. Nessa configuração, a subordinação é tomada de forma passiva, como uma simples influência que respinga no sistema educativo sem interferência imediata. Segundo Bortot, Brás e Scarf (2022, p. 161), no intuito de mudar o quadro deficitário,

[...] o MED, com recursos provenientes de cooperação internacional, tem implementado programas de formação inicial e em serviço, sinalizando, assim, que a influência dos atores internacionais ultrapassa os limites dos documentos orientadores, incidindo de forma direta na promoção de políticas. Entre os programas que vêm sendo implementados nesse cenário, destaca-se o Projeto Aprendizagem para Todos (PAT).

As prescrições dos organismos multilaterais obedecem à lógica do sistema capitalista em toda sua variação, da mais simples às mais complexas, portanto o objeto PAT I não pode ser tratado como um simples processo de orientação para a formação dos professores, para avaliação dos alunos ou ainda para promoção de uma gestão de qualidade nas escolas. Conforme citado anteriormente, o alinhamento do PAT I com a mobilidade do continente africano se insere na nova corrida à África.

A centralidade do fator econômico no projeto justifica-se mediante a associação com a produtividade no mercado de trabalho e é sustentada a partir da argumentação tripartida, em que o baixo resultado na aprendizagem, o investimento no ensino primário e o investimento público por conta da incapacidade do pobre são alguns dos elementos que adentram a justificativa do projeto do ponto de vista econômico, isto é, as baixas taxas de conclusão no ensino primário e o fraco resultado dos processos de aprendizagem inibem o crescimento econômico, na medida que colocam a dispor do mercado força de trabalho sem as condições básicas e necessárias para orientação da produtividade do capital.

Por outro lado, os investimentos na educação, particularmente no ensino primário, “[...] produzem geralmente elevados retornos econômicos” (BM, 2013b). Destarte, o foco do Projeto, em relação à dinâmica e aos autores da educação, centraliza-se na gerência do tempo em sala de aula, ou seja:

Os indivíduos pobres podem não investir o suficiente na educação por falta de recursos, pelo que se justifica o investimento público. Contudo, a qualidade da educação não é de desprezar. A investigação internacional mostra que a aprendizagem dos alunos está mais estreitamente associada a maior produtividade no mercado de trabalho e a honorários mais elevados do que a mera frequência da escola. Este Projeto centra-se por isso no que acontece na sala de aula. (BM, 2013b, p. 16).

Esse é um dos pontos principais do Projeto, que consiste em treinar e monitorar a aprendizagem para fornecer ao mercado trabalhadores com um alto nível de produtividade para o capital. Ao Projeto subjaz o entendimento de que, ao agir nas classes iniciais, moldando a aprendizagem por meio de um dinamismo pragmático, reduz-se, em muito, o atraso na aprendizagem. O pragmatismo proposto pelo PAT I assenta-se na estratégia Benchmarking, que sinaliza um processo de incorporação em que métodos usados em outros locais (internacionais) com resultados significativos são replicados em âmbito nacional. Tal processo compreende etapas como: entender o que está funcionando em outros locais; medir a satisfação do sistema educacional por meio do impacto; e aumentar a eficiência e produtividade dos processos educacionais.

No caso da avaliação do desempenho dos alunos e dos programas de desenvolvimento profissional com foco nas competências dos professores, no que tange às experiências internacionais, apenas são levadas em consideração as experiências de agências apoiadas pelo BM. A especificidade da referência permite delimitar o que o Banco considera como “[...] elemento essencial para a contínua aferição da qualidade da educação num país” (BM, 2013b). Portanto, em relação às experiências internacionais bem-sucedidas, dois países ganham destaque no projeto: Brasil e Vietnã.

Do Vietnã, o Projeto incorpora o programa de “[...] desenvolvimento profissional de professores, cujo escopo se assenta na necessidade de focalizar o desenvolvimento profissional dos professores como forma de melhorar a aprendizagem” (BM, 2013b, grifo nosso). E do Brasil, o Projeto incorporou o modelo de avaliação do desempenho dos alunos e de treinamento em vários programas em fase de testes no território brasileiro.

A premissa inicial do Projeto consistia em apresentar um modelo educacional que visava testar uma série de intervenções, que seriam expandidas caso os resultados fossem positivos. Entretanto, a duplicidade da premissa também salvaguardava, ao mesmo tempo que agregava e testava, as intervenções, com intento de expandir o Projeto futuramente, por exemplo,

com a criação do PAT II. Portanto, pode-se afirmar que o PAT I está a criar as condições e a desenvolver as competências que “[...] permitirão ao Governo de Angola usá-lo como evidência para alicerçar a tomada de decisão política, e lançar um programa nacional de melhoria da prestação do serviço educativo e da qualidade dos resultados de aprendizagem” (BM, 2013b, p. 25).

O projeto sublinha que o governo angolano lançou várias iniciativas para a melhoria da educação no país, mas tais iniciativas não foram suficientes e não tiveram impactos significativos e estruturais a longo prazo, o que, de certa forma, faz com que a prestação de serviços do setor de educação seja fraca. No entanto, “[...] o desenho do Projeto subordina a agenda de reforma do Estado a necessidades operacionais concretas para alcançar resultados sustentáveis com forte participação do sector” (BM, 2013b, p. 103).

A subordinação, nesse sentido, apresenta-se como uma das determinações *sine quo non* da existência do Projeto, em toda sua vertente, seja em nível nacional, continental ou global. De acordo com o pressuposto supracitado, a reforma (ou contrarreforma) do Estado deve estar atrelada ao desenho do PAT I, pois é a ferramenta que possibilita colocar a educação à disposição do resultado concreto da estrutura, com a mediação e organização da superestrutura. É esse aspecto de gerenciamento global que faz do PAT I objeto de manutenção hegemônica do capital-imperialismo.

Nesse sentido, retomando a identificação imperialista contida nesse programa, para Lênin, o imperialismo, uma vez constituído, torna-se absoluto e inevitável na sua ação, ou seja, “[...], penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (Lênin, 2021, p. 80, grifo do autor). A atuação do BM nas várias esferas da mobília do real adentra o processo de mobilização de visão de mundo. Em relação à maximização da composição orgânica do capital, atua como facilitador do capital-imperialismo.

Daí que as indicações da literatura a ser usada na formação dos professores sejam aquelas que correspondem ideologicamente à visão de

mundo hegemônica. Portanto, para que a hegemonia prevaleça, é necessária uma manutenção constante, que atenda sempre aos interesses do mercado:

[...] A literatura internacional indica que melhorar a qualidade da educação implica um investimento intensivo no corpo docente e nos materiais de ensino. A investigação aponta, em geral, para a importância de elevado nível de conhecimentos e competências cognitivas no corpo docente num ensino eficaz. Porém, de acordo com vários estudos é desencorajador o registo de casos de desenvolvimento profissional contínuo que não conduzem a melhorias mensuráveis na eficácia dos professores. No entanto, exemplos internacionais mostram que programas de formação contínua de professores bem-sucedidos são os que evitam abordagens teóricas e seguem o modelo adoptado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em que o programa de formação contínua está cada vez mais centrado na transmissão de estratégias concretas e práticas, e técnicas deduzidas da observação de professores altamente eficazes em ação. (BM, 2013b, p. 32).

Ou seja, as abordagens críticas sobre a teorização da educação não são eficazes, mas o modelo teórico-econômico da OCDE possui maior probabilidade de sucesso. Talvez, proceda-se assim justamente para se evitar os antagonismos da mobília do real. Tais programas ou estratégias conseguem transmitir um apanágio mercadológico que sustenta o pragmatismo da efetivação do sistema educacional, quando este não atenta para a materialidade. Nesse sentido, o foco sobre o que deve ser ensinado passa, necessariamente, por dois procedimentos temáticos, quais sejam: “(i) a importância crucial da gestão do tempo na sala de aula, para maximizar a instrução; (ii) como desenhar planos de aula e ritmar atividades para manter os alunos empenhados, e como avaliar o progresso dos alunos continuamente [...]” (BM, 2013b, p. 32).

Ora, a efetivação do sujeito político aparece nessa configuração como consequência do sujeito econômico. A educação constitui-se, por conseguinte, enquanto instrumento de treinamento e assimilação da ideologia do imperialismo, por isso seu conteúdo precisa ser delimitado de maneira a atender à ordem estabelecida. O monitoramento por parte do organismo multilateral em relação às práticas educativas ou às políticas educacionais no Estado angolano corresponde aos anseios do capital-imperialismo, pois, conforme referido, as competências exigidas devem comungar com a realidade

do mercado, com a necessidade do mercado e, de certa forma, com a divisão internacional do trabalho.

Logo, a fonte de racionalidade do sistema educativo deriva da mobilidade lógica da acumulação. Isso significa que, nessa relação, é o capital que expressa o que Angola precisa oferecer para o mercado, e não o que o país necessita oferecer a partir das suas necessidades intrínsecas, tendo a população angolana como termômetro. Desse modo, a relação sujeito e mercado, projetada a partir dos anos iniciais da formação, constitui, no PAT I, uma das suas determinações. O monitoramento em relação ao desempenho e à produtividade no ensino primário aponta para uma formação em que o sujeito é instrumentalizado a desenvolver a capacidade de adaptação a situações adversas - principalmente no ambiente de trabalho -, de produzir mais em curto espaço de tempo e de manter-se produtivo até mesmo em situações degradantes.

Segundo Laval (2019, p, 16), a metamorfose que vem ocorrendo nas atuais reformas (contrarreformas) se constitui numa espécie de “[...] preocupação administrativa de tapar buracos”, haja vista que hoje as principais preocupações das reformas são sempre expressão das contradições de classe, mas resultam da hegemonia da classe dominante. Portanto, os interesses da classe trabalhadora, quando comparecem, são sempre diminutos ou ausentes. Em vez disso, a nova ordem educacional mundial tem descentralizado e padronizado os métodos e conteúdo a partir do processo de competitividade dominante na economia global.

Nesse jogo de caça às bruxas, a projeção é que, se por alguma razão dado sistema educacional não aspirar a algumas ou a todas as práticas do clube dos ricos ou dos emergentes, apoiados pelos “senhores das estrelas”, provavelmente as suas instituições ou o seu sistema educacional serão taxados de ineficientes. Sob esse viés, não aceitar corroborar a visão daqueles que são vistos como desenvolvidos em matéria de educação demonstra não apenas atraso em literacia e numeracia, mas também profanação competitiva.

Nesse sentido, a pluriversalidade epistêmica é condicionada pelo nível de subordinação (Kalenguessa, 2022). De acordo com Laval (2019, p. 19), os organismos multilaterais “[...] contribuem para essa construção, transformando constatação, avaliações e comparações em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente de sua dimensão planetária”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula Vaz de. Nota da Edição brasileira. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo*, estágio superior do Capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p.7-8.

BANCO MUNDIAL. Africa’s future and the World Bank’s support to it. Washington DC, 2011. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/393441468202137255/pdf/597610BR0SecM21OFFICIAL0USE0ONLY191.pdf>. Acesso em: 25, ag. 2022.

BANCO MUNDIAL. Angola - Country partnership strategy for the period FY2014-2016 (English). Washington, D.C, 2013a: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/469841468204833634/Angola-Country-partnership-strategy-for-the-period-FY2014-2016>. Acesso em: 15, maio 2022.

BANCO MUNDIAL. Projecto de Aprendizagem para Todos. Washington, DC: Grupo do Banco Mundial, 2013b.

ANGOLA. Lei n.º 32/20, de 12 de agosto - Lei que altera a lei n.º 17/16, de 7 de outubro - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. *Diário da República*: Luanda, I Série, nº. 123, p. 4423, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2020/lei-n-o-32-20-de-12-de-agosto/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BORTOT, C. Maria; BRÁS, C. Adão; SCAFF, E. A. da Silva. Regulação supranacional em educação na África: estudo a partir da política de formação de professores de Angola. *Revista Iberoamericana de Educación*, [S. l.], v. 90 n. 1, p. 151-167, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35362/rie9015357>. Acesso em: 1 out. 2023.

ESTEVÃO, Larissa dos Santos. Imperialismo e políticas educacionais para o ensino médio no Brasil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2019.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

KALENGUESSA, F. J. bell hooks e a pluriversalidade epistêmica: perspectiva de interlocução para descolonização da Universidade. In: RIPA, Roselaine; PASSOS, Luciana, S.; LIZ, Celestino Gabriel de; KOCH, Eliano Marcelino; CARDOSO, Nataliê Andiará Be (org.). *Pesquisas em Educação: outros diálogos com os clássicos*. 1. Ed. Foz do Iguaçu: Claec, 2022. p. 18-31.

LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino Público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do Capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

SABADINI, Maurício de Souza; CAMPOS, Fábio. Imperialismo e Capital financeiros. In MELLO, Gustavo Moura C; NAKATANI, Paulo et al (Org). *Introdução à crítica da Financeirização: Marx e o Moderno Sistema de Crédito*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.31-51.

Recebido em: 21/04/2025
Aprovado em: 03/10/2025
Publicado em: 19/12/2025